



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 011/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1-Processo TCE nº 10044/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Carlos Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI - Relatório Conclusivo nº 043/2012 (fls. 2061/2092).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 72/2013- DMP-MPC-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 2093/2106).

**8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** *Prestação de Contas Anual. Exercício de 2011. Prefeitura Municipal de Tapauá.*

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação das Contas Anuais, com ressalvas.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, por maioria, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando a **APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM RESSALVAS**, da Prefeitura Municipal de Tapauá, exercício de 2011, de responsabilidade do ex-Prefeito Municipal Sr. **CARLOS GONÇALVES DA SILVA**, em conformidade com o disposto no art. 71, I, c/c o art. 75, da Constituição Federal, art. 31, parágrafo 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art.18, inciso I, da Lei Complementar n. 06/89 e art. 1º, inciso I e art. 29 da Lei n. 2.423/96, e art. 3º da Resolução n. 09/87 do TCE. 04/02-TCE.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP\_da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 011/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**Processo TCE nº 10044/2012 – fl.02.**

**10-Ata:** 32ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11-Data da Sessão:** 14 de agosto de 2013.

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral

**EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP\_da Resolução nº 30/2012-TCE/AM**



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 011/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 011/2013)

**1-Processo TCE nº 10044/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Carlos Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI - Relatório Conclusivo nº 043/2012 (fls. 2061/2092).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 72/2013- DMP-MPC-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 2093/2106).

**8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** *Prestação de Contas. Exercício de 2011. Prefeitura Municipal de Tapauá.*

*Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo. Recomendações à origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1- Por maioria, nos termos do voto do Relator:**

**9.1.1-Julgar REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Tapauá, relativas ao exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. CARLOS GONÇALVES DA SILVA – Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 22, inciso II, c/c o art. 24 da Lei nº 2423/96.

**9.1.2- Aplicar multa** no montante de **R\$ 2.192,06 (dois mil cento e noventa e dois reais e seis centavos)** ao Sr. CARLOS GONÇALVES DA SILVA, com base no art. 54, inciso IV, da Lei Estadual n. 2.423/96, c/c o art. 308, inciso I, “b” I, da Resolução n. 04/02-TCE, referente as irregularidades detectadas pela DICOP (itens 1 a 9), relativas à documentação das obras e serviços de engenharia realizadas pela Prefeitura Municipal de Tapauá (Relatório Conclusivo n. 32/2012-DICOP, fls. 349/391);

**9.1.3- Autorizar** desde já a inscrição do débito na dívida ativa e instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução n º 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 011/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 011/2013)

Processo TCE nº 10044/2012– fl.02.

**9.1.4- Recomendar à Origem:**

**9.1.4.1-** O cumprimento do prazo estabelecido no art. 4 da Resolução n. 07/02/TCE, c/c o parágrafo 1º, do art. 15 da lei Complementar n. 06, de 22.01.91, com nova redação dada pela Lei Complementar n. 24/2000, referente ao encaminhamento da movimentação contábil por meio magnético (ACP);

**9.1.4.2-** O cumprimento do prazo estabelecido na Resolução n. 06/2000 e da Lei Complementar n. 101/2001, na Remessa dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal;

**9.1.4.3-** O cumprimento do art. 1º, inciso IV, da Lei n. 2423/96-TCE, c/c o art. 5º, inciso IV da Resolução n. 04/2002-R/TCE, quanto ao encaminhamento para o TCE dos processos de contratações temporárias ocorridas no exercício;

**9.1.4.4-** Atenção nos lançamentos informados no sistema ACP;

**9.1.4.5-** Atenção na formalização dos Contratos e seus Aditivos, no que se refere às Certidões Negativas e ao Parecer Jurídico.

**9.2- Por maioria, nos termos do voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles,** aplicar ao Senhor **Carlos Gonçalves da Silva**, Prefeito à época, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, e 52 da Lei 2.423 de 10.12.1996, as seguintes **MULTAS**:

**9.2.1-R\$ 3.226,70**, nos termos do artigo 308, inciso I, alínea “c” da Resolução TCE n. 4/2002 - Regimento Interno, alterada pela Resolução nº. 01/2009, pelo atraso no encaminhamento da prestação de contas do Prefeito do Município de Tapauá, referente ao exercício de 2011, de sua responsabilidade;

**9.2.2-R\$ 9.680,04**, de acordo com o artigo 308, I, alínea “c”, da Resolução nº. 4/2002 (Regimento Interno), alterado pela Resolução nº. 01/2009, correspondente a **R\$ 806,67**, por mês de competência (**janeiro a dezembro do exercício de 2011**), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução n. 7/2002-TCE;

**9.2.3- R\$ 3.226,00**, conforme artigo 308, inciso I, alínea "c", da Resolução n. 4/2002 – Regimento Interno, alterada pela Resolução nº. 01/2009, pelo descumprimento dos artigos 1º e 3º, da Resolução nº. 06/2000; isto é, remessa extemporânea, a esta Corte de Contas, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, previsto no § 3º do artigo 165 da CR/1988;

**9.2.** Fixar o prazo de **30** (trinta) dias (artigo 174 do Regimento Interno) para que o Senhor **Carlos Gonçalves da Silva**, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução n º 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 011/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 011/2013)

**Processo TCE nº 10044/2012– fl.03.**

prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC n. 4/2002.

*O Relator votou contrário a aplicação das multas do voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles.*

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, quanto a multa de R\$ 2.000,00, em razão das contas julgadas irregulares de que não resultaram débito ao erário.*

**10-Ata:** 32ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11-Data da Sessão:** 14 de agosto de 2013.

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM